



TESOURO NACIONAL

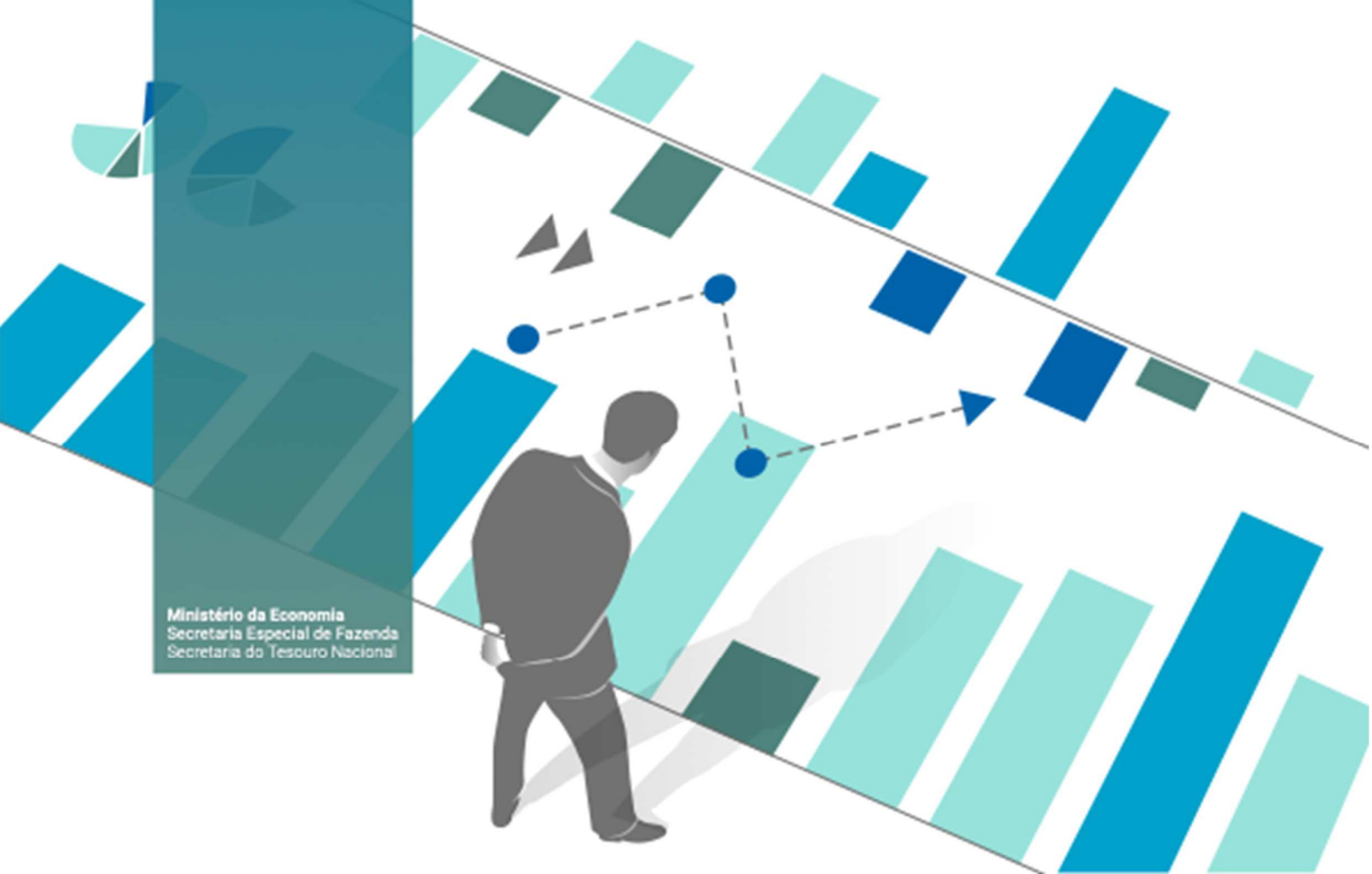
RTN
2019

Dezembro

Resultado do **Tesouro Nacional**

Sumário Executivo

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional





Sumário Executivo

Em dezembro de 2019, o resultado primário do Governo Central foi um déficit de R\$ 14,6 bilhões, frente a déficit de R\$ 31,7 bilhões observado no mesmo mês do ano anterior (em termos nominais). O Tesouro Nacional e o Banco Central foram deficitários em R\$ 2,5 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 12,1 bilhões. O resultado do Governo Central foi pior que a mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Economia, que era de um resultado deficitário de R\$ 10,4 bilhões para o mês.

A melhora em relação a dezembro de 2018 se deveu ao aumento da Receita Líquida, em termos reais, superior ao crescimento das Despesas Totais. A Receita Líquida teve aumento real de R\$ 70,6 bilhões no comparativo com o mesmo mês do ano anterior, explicado pelo recebimento de recursos relativos ao leilão da cessão onerosa de petróleo cujo efeito líquido de transferências por repartição de receita foi de R\$ 58,2 bilhões¹. A isto somou-se o ingresso de R\$ 8,9 bilhões da 16ª rodada de concessões de campos de petróleo e de R\$ 5,0 bilhões da 6ª rodada de partilha do petróleo do pré-sal sem contrapartida em dezembro de 2018.

No caso da despesa total, a elevação de 33,7% em termos reais, equivalente a R\$ 52,1 bilhões, é explicada pelo crescimento das Despesas Discricionárias (R\$ 47,7 bilhões) que se deveu ao pagamento decorrente da revisão do contrato de cessão onerosa à Petrobras (R\$ 34,4 bilhões) e ao aumento das capitalizações das empresas estatais não dependentes (R\$ 9,6 bilhões dos quais R\$ 7,6 bilhões referem-se à Emgepron). Outras elevações relevantes foram em Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo (R\$ 3,4 bilhões) e Benefícios Previdenciários (R\$ 1,4 bilhão).

Com o resultado de dezembro, o déficit primário acumulado neste ano foi de R\$ 95,1 bilhões, ante déficit de R\$ 120,2 bilhões em 2018 (em termos nominais). Trata-se de uma melhora de 23,7%, em termos reais, sendo o melhor resultado de encerramento do ano desde 2014. O resultado de 2019 é composto por um superávit de R\$ 118,1 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e por um déficit de R\$ 213,2 bilhões na Previdência Social (RGPS).

A redução real do déficit primário do Governo Central para o encerramento do exercício, em relação ao ano anterior decorreu do crescimento da receita líquida (R\$ 73,4 bilhões) em montante superior ao crescimento das despesas (R\$ 39,1 bilhões). Além de pequenos ganhos na receita administrada pela RFB e na arrecadação líquida para o RGPS, o crescimento da receita líquida teve dois principais determinantes: (i) o recebimento dos recursos da cessão onerosa e das rodadas de concessão de campos de petróleo e (ii) a elevação do pagamento de Dividendos e Participações² (R\$ 13,1 bilhões).

¹ O "resultado líquido" do leilão da cessão onerosa para a União foi de R\$ 23,8 bilhões. R\$ 70,0 bilhões de arrecadação menos R\$ 11,7 bilhões transferidos à Estados e Municípios e R\$ 34,4 bilhões pagos à Petrobrás.

² É importante destacar que o governo busca unificar a política de dividendos das instituições financeiras federais, em linha com a já praticada pelo Banco do Brasil e por instituições financeiras privadas. Assim, ao contrário de anos anteriores quando alguns bancos chegaram a recolher a totalidade do seu lucro anual como dividendos, atualmente esse procedimento não é mais possível, pois há um teto do montante do lucro que os bancos podem recolher ao seu controlador na forma de dividendos, definido pelos Estatutos Sociais e pela Política de Dividendos, sendo esta última aprovada pelo Conselho de Administração de cada instituição.



As despesas totais foram, por sua vez, R\$ 39,1 bilhões superiores às do mesmo período de 2018, em termos reais. Os destaques foram as Despesas Discricionárias (R\$ 30,2 bilhões) devido pagamento à Petrobrás decorrente da revisão do contrato de cessão onerosa (R\$ 34,4 bilhões) e o aumento de Benefícios Previdenciários (R\$ 18,6 bilhões), parcialmente compensados pelas reduções em Subsídios e Subvenções (R\$ 5,0 bilhões) e Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha (R\$ 3,9 bilhões).

O déficit primário do Governo Central de R\$ 95,1 bilhões (1,3% do PIB) em 2019 foi R\$ 43,9 bilhões inferior a meta de déficit de R\$ 139,0 bilhões (1,9% do PIB) para o ano. Essa diferença é explicada pela execução da despesa R\$ 41,5 bilhões inferior ao programado³ e pela receita líquida ter sido R\$ 2,4 bilhões superior ao projetado. Ao longo do ano, o Tesouro Nacional informou que os ministérios vinham executando despesas em montantes inferiores aos limites financeiros descentralizados pelo Tesouro Nacional. Essa diferença, conhecida como “empocamento”, ficou em R\$ 17,4 bilhões ao final do ano⁴. No final de 2019, além do empocamento, houve R\$ 7,0 bilhões de limite financeiro disponível na programação financeira, mas que não foi demandado pelos ministérios.

Destaque-se, ainda, a execução de gasto menor que a programação nas despesas obrigatórias. Os principais desvios nas despesas obrigatórias ocorreram em Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 5,7 bilhões), Subsídios Subvenções e Proagro (R\$ 3,5 bilhões), Fundef/Fundeb – Complementação da União (R\$ 1,9 bilhão) e Crédito Extraordinário (R\$ 1,6 bilhão). Vale salientar que parte desse desvio é inerente ao processo de programação financeira (como no caso do Fundef/Fundeb) e parte deve-se a desvios em relação ao previsto pelos órgãos que executam a despesa e/ou são responsáveis pela estimativa que compõe a programação. No que se refere às despesas de subsídios e subvenções econômicas a execução abaixo do programado se deve à baixa adesão⁵ ao programa de renegociação associado às operações de crédito rural na área da SUDAM e SUDENE.

O desvio em relação à meta veio sendo comunicado pela Secretaria do Tesouro Nacional ao longo do ano de 2019. A aceleração da despesa em dezembro de 2019, que atenuou o desvio do déficit realizado (R\$ 95,1 bilhões) em relação a meta de resultado primário para o Governo Central (déficit de R\$ 139,0), teve como um dos seus principais determinantes a execução das ações de capitalização da união nas empresas estatais não dependentes que totalizou, no mês, R\$ 9,4 bilhões. Importante informar que, em 2019, esses gastos tiveram impacto neutro do ponto de vista do resultado do Governo Federal (Governo Central mais empresas estatais), uma vez que correspondem a uma despesa do Governo Central e um equivalente aumento de caixa das estatais federais. Outro ponto a se destacar é que houve, dado o espaço fiscal de 2019, uma antecipação nos planos de capitalização da União. Para 2020, está prevista dotação de apenas

³ Relatório Extemporâneo de Avaliação de receitas e despesas primárias - Dez/19.

⁴ A utilização desse limite de pagamento (ou não) não depende da gestão financeira do Tesouro Nacional. Como essas despesas não foram pagas no exercício fiscal, isso se transformou em excesso de meta de resultado primário.

⁵ Por questão legal, seguindo o princípio da prudência, a programação orçamentária-financeira deve contemplar a totalidade do público elegível para o programa.



R\$ 4,0 milhões para ações de aumento de participação da União no capital de empresas não dependentes.

Nestes termos, o investimento em 2019 que totalizou R\$ 56,6 bilhões (0,78% do PIB) se descontadas as capitalizações (R\$ 10,1 bilhões) ficaria em R\$ 46,5 bilhões (0,64% do PIB) valor próximo a dotação inicial de investimento para 2020 (R\$ 45,1 bilhões, 0,58% do PIB).

Em relação ao Governo Central, as diferenças entre o resultado apurado pelo Tesouro Nacional (“acima da linha”) e pelo Banco Central (“abaixo da linha”) são determinadas pelo tratamento dado aos recebimentos de Itaipu, pela metodologia de apuração das despesas com subsídios, além da discrepância não explicada. O superávit gerado por Itaipu para efetuar os pagamentos de sua dívida frente à União, que totalizou R\$ 5,4 bilhões em 2019, reduzirá ainda mais o déficit primário oficial do ano (critério “abaixo da linha”). Por sua vez, a discrepância referente ao ajuste metodológico “caixa-competência” de subsídios está estimada em R\$ 1,6 bilhão.

No âmbito das outras esferas do setor público, cujo resultado primário também é apurado pelo Banco Central, pode haver algum excesso de superávit primário dos governos subnacionais em relação a sua meta de superávit (R\$ 10,5 bilhões). Já o excesso de resultado primário das empresas estatais federais deverá ser da ordem de R\$ 9,0 bilhões. Em relação aos governos regionais, importante mencionar que o resultado apurado no mês de dezembro apresenta maior volatilidade que nos demais meses do ano. Todos esses fatores apontam para um resultado primário deficitário do setor público consolidado entre **R\$ 60 e 80 bilhões (0,8% a 1,1% do PIB)** frente a meta de déficit de R\$ 132,0 bilhões (1,8% do PIB).

Esse resultado implicará necessariamente, um resultado nominal melhor que o previsto inicialmente, podendo, inclusive, haver redução da Dívida Bruta do Governo Geral – DBGG em 2019. Além do resultado nominal melhor que o esperado, houve fatores que auxiliaram a redução da dívida pública, como a devolução de R\$ 123 bilhões (1,6% do PIB) do BNDES ao Tesouro (frente a previsão de R\$ 26 bilhões) e a venda de R\$ 142 bilhões (2,0% do PIB) em reservas cambiais.

É preciso deixar claro que a melhora fiscal verificada a partir de 2016, com déficits primários decrescentes, a despeito das medidas de contenção dos gastos, dependeu também da melhora da receita não recorrente. O simples exercício de decomposição do déficit como proporção do PIB entre receitas líquidas e despesas esclarece este ponto. Em 2016 houve déficit de 2,6% do PIB sendo este composto por 17,4% do PIB de receita líquida e de 19,9% do PIB de despesa. Em 2019, o déficit primário foi equivalente a 1,3% do PIB tendo a despesa ficado constante em 19,9% do PIB e a receita líquida crescido para 18,6%. Ressalte-se que, mesmo se desconsiderarmos os efeitos da cessão onerosa sobre a despesa (R\$ 34,4 bilhões destinados a Petrobrás), esta teria sofrido redução de apenas de apenas 0,5 p.p. chegando a 19,4% do PIB. O cenário futuro da política fiscal continua desafiador, pois a regra do teto dos gastos (EC 95/2016) requererá um esforço maior de controle de crescimento das despesas, notadamente sobre as obrigatórias. Esse esforço é fundamental para evitar pressões de aumento da carga tributária e irá permitir o alcance de um superávit primário no curto prazo, iniciando o processo de



convergência da dívida pública para patamares mais prudentes e garantindo um processo sustentável de crescimento econômico.